

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS

DATA, HORA E LOCAL: Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 10h30, na sede da ADMINISTRADORA do FUNDO, por intermédio da sua Vice-Presidência Fundos de Investimento, localizada na Av. Paulista, 750 - 9º andar, São Paulo/SP, realizada de forma virtual, nos termos do Regulamento do FUNDO.

CONVOCAÇÃO: Dispensada, em virtude da participação dos COTISTAS detentores de 100% (cem por cento) das cotas emitidas pelo FUNDO.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Nicole Suemi Suzuki e Secretária *ad hoc*: Cristiane Paulino.

QUÓRUM: Os COTISTAS devidamente representados, conforme Lista de Presença.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) Transferência dos serviços de administração do FUNDO, bem como a prática de todos os atos correlatos necessários à sua efetivação.
- (ii) Alteração integral do Regulamento do FUNDO, com o objetivo de adequá-lo aos padrões e procedimentos do NOVO ADMINISTRADOR, de modo a viabilizar a referida transferência dos serviços de administração.

DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia, a ADMINISTRADORA esclareceu que a solicitação de transferência dos serviços de administração do FUNDO foi realizada pela CERES, na qualidade de representante legal dos COTISTAS do FUNDO, por meio de mensagem eletrônica encaminhada à ADMINISTRADORA em 03/03/2026.

Após a apreciação das matérias constantes da ordem do dia, os COTISTAS deliberaram e aprovaram, sem quaisquer ressalvas, as seguintes propostas:

1. TRANSFERÊNCIA DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO

1.1. Fica aprovada a transferência dos serviços de administração do FUNDO, bem como a prática de todos os atos correlatos necessários à sua efetivação, observados os seguintes termos:

1.2. Os serviços de administração do SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA inscrito no CNPJ/MF sob n.º 42.120.328/0001-91, doravante denominado "FUNDO", atualmente prestados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede na cidade de Brasília - DF, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, por intermédio da Vice-Presidência Fundos de Investimento (VIART), sita na Avenida Paulista n.º 750, 9º andar, São Paulo - SP, CEP 01310-908, doravante denominada "ADMINISTRADORA", serão transferidos para a BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, localizada à Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar (parte), Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040, Brasil, e inscrita no CNPJ sob o nº 59.281.253/0001-23, devidamente habilitada pela CVM para prestar os serviços de administrador de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 8.695, de 20 de março de 2006, doravante denominado "NOVO ADMINISTRADOR".

1.3. A transferência do serviço supracitado será efetivada a partir da abertura do dia 23 de julho de 2026 ("DATA DA TRANSFERÊNCIA"), utilizando por base a posição de fechamento do FUNDO em 22 de julho de 2026 ("DATA BASE").

2. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA E DO NOVO ADMINISTRADOR

2.1. As despesas legalmente atribuídas ao FUNDO e incorridas até a DATA BASE, inclusive, deverão ser provisionadas até esta data e correrão por conta do FUNDO e, se ainda não tiverem sido pagas, serão pagas mediante comprovação da ADMINISTRADORA perante o NOVO ADMINISTRADOR, a qual providenciará os pagamentos com base na documentação apresentada.

2.2. Na DATA BASE deverá ser levantado o balancete, devidamente auditado pelos Auditores Independentes do FUNDO, para fins da auditoria de transferência, relativo ao período compreendido entre o encerramento do último exercício social do FUNDO e a transferência da sua administração, a ser entregue ao NOVO ADMINISTRADOR no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da DATA DA TRANSFERÊNCIA.

2.3. As despesas relativas aos trabalhos dos Auditores Independentes referentes a auditoria de transferência correrão por conta do FUNDO, devendo a ADMINISTRADORA provisioná-las até a DATA BASE as quais serão pagas pelo NOVO ADMINISTRADOR quando da apresentação da respectiva fatura.

2.4. A ADMINISTRADORA transferirá ao NOVO ADMINISTRADOR, a partir da DATA DA TRANSFERÊNCIA, a totalidade dos valores e dos ativos presentes na carteira do FUNDO, deduzidas as taxas de administração e performance, se existirem, calculada de forma "pro rata temporis", considerando o número de dias corridos até a DATA BASE, as quais serão pagas pelo FUNDO à ADMINISTRADORA até a DATA DA TRANSFERÊNCIA, inclusive.

2.5. A ADMINISTRADORA conservará a posse da documentação contábil e fiscal do FUNDO, relativa às operações ocorridas até a DATA BASE, ficando claro que as obrigações fiscais decorrentes de fatos geradores ocorridos a partir da DATA DA TRANSFERÊNCIA serão de responsabilidade do NOVO ADMINISTRADOR.

2.6. A ADMINISTRADORA prestará as informações às autoridades reguladoras e fiscalizadoras relativamente ao período até a DATA BASE, em que o FUNDO esteve sob sua administração.

2.7. A ADMINISTRADORA entregará ao NOVO ADMINISTRADOR, em até 01 (um) dia antes da DATA DA TRANSFERÊNCIA da administração do FUNDO, 1 (uma) via original desta Ata, devidamente assinada.

2.8. A ADMINISTRADORA encaminhará ao NOVO ADMINISTRADOR em até 1 (um) dia útil antes da DATA DA TRANSFERÊNCIA os números das contas do FUNDO na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("Cetip") e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Selic") e nos demais ambientes de negociação, se aplicáveis.

2.9. Na DATA DA TRANSFERÊNCIA, a ADMINISTRADORA compromete-se a efetuar a devida disponibilização do FUNDO ao NOVO ADMINISTRADOR no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"), cabendo ao NOVO ADMINISTRADOR a confirmação da sua condição de NOVO ADMINISTRADOR, ficando ainda responsável pelas atualizações cadastrais e pelo encaminhamento dos documentos pertinentes, bem como pela alteração da administração

perante Receita Federal do Brasil, indicando o seu diretor estatutário, que a partir da DATA DA TRANSFERÊNCIA, inclusive, será o responsável pelo FUNDO, bem como pela alteração dos contatos do FUNDO.

- 2.10. A ADMINISTRADORA permanecerá responsável por todos os atos por ela praticados e/ou originados na administração do FUNDO até a DATA BASE, inclusive, , respondendo ainda perante os COTISTAS e os órgãos reguladores e fiscalizadores, por todos os atos praticados até essa data, bem como pela prestação de informações relativamente ao período em que o FUNDO esteve sob sua administração.
- 2.11. A ADMINISTRADORA deve preparar e enviar aos COTISTAS o informe de rendimentos do FUNDO relativo ao período em que o FUNDO esteve sob a sua administração.
- 2.12. A ADMINISTRADORA encaminhará ao NOVO ADMINISTRADOR, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente anterior à DATA DA TRANSFERÊNCIA, (i) as informações do passivo do FUNDO; (ii) classificação tributária do FUNDO; e (iii) se for o caso, o histórico de desenquadramento tributário do FUNDO.
- 2.13. A ADMINISTRADORA responsabiliza-se por enviar ao NOVO ADMINISTRADOR, até o 5º (quinto) dia útil anterior à DATA DA TRANSFERÊNCIA, se houver, informações sobre cotas bloqueadas por questões judiciais e, até o 30º (trigésimo) dia corrido imediatamente subsequente à DATA DA TRANSFERÊNCIA, cópia da respectiva documentação comprobatória.
- 2.14. A ADMINISTRADORA entregará ao NOVO ADMINISTRADOR no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos da DATA DA TRANSFERÊNCIA, cópia de todo o acervo societário do FUNDO e, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente subsequentes à DATA DA TRANSFERÊNCIA, o balancete e a posição diária da carteira, relativamente ao dia útil imediatamente anterior à DATA DA TRANSFERÊNCIA.
- 2.15. Ficam aprovados e ratificados, todos os atos de administração do FUNDO praticados pela ADMINISTRADORA e/ou por terceiros por ela contratados, no período em que o FUNDO esteve sob sua administração até a DATA BASE ora deliberada, bem como as contas e as demonstrações financeiras do FUNDO, inclusive dando-lhe ampla, total e irrestrita quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo ou a que título for.
- 2.16. A ADMINISTRADORA declara que, até a presente data, não foi notificada de demandas judiciais em que o FUNDO figure como parte, razão pela qual compromete-se a informar ao NOVO ADMINISTRADOR acerca de eventuais demandas judiciais que venham a ser conhecidas posteriormente à realização desta Assembleia.
- 2.17. O não recebimento ou recebimento parcial das informações acima mencionadas, bem como o não recebimento da Ata de transferência assinada no prazo estipulado, constituem hipóteses de causa justificada para recusa de implantação do FUNDO pelo NOVO ADMINISTRADOR.
- 2.18. A ADMINISTRADORA se responsabiliza pelo pagamento de qualquer multa em razão da falta ou atraso na entrega das demonstrações contábeis do FUNDO e informes mensais obrigatórios previstos na regulamentação vigente referentes ao período em que o FUNDO esteve sob sua administração. Em caso de recebimento de multa pelo NOVO ADMINISTRADOR, este enviará notificação à ADMINISTRADORA, que se compromete a realizar o pagamento, se devido, ou apresentar recurso no prazo estipulado pelo órgão emissor. O NOVO ADMINISTRADOR compromete-se a encaminhar à ADMINISTRADORA as notificações e/ou sanções relativas ao período em que o FUNDO esteve sob administração da ADMINISTRADORA em até 1 (um) dia útil

após o recebimento, a fim de que a ADMINISTRADORA possa analisar o caso e, eventualmente, interpor recurso.

- 2.19. A ADMINISTRADORA se compromete a contratar auditor independente para a elaboração das demonstrações contábeis do FUNDO correspondente ao período compreendido entre o seu último Balanço Patrimonial até a DATA DA TRANSFERÊNCIA, obrigando-se a atender prontamente as solicitações do auditor independente para elaboração das demonstrações de transferência do FUNDO.
- 2.20. A ADMINISTRADORA compromete-se a atender prontamente as solicitações do NOVO ADMINISTRADOR relativas às informações referentes ao período em que o FUNDO esteve sob sua administração, obrigando-se, ainda, a fornecer quaisquer informações solicitadas pelo NOVO ADMINISTRADOR para atendimento dos auditores independentes e/ou órgãos fiscalizadores.
- 2.21. A ADMINISTRADORA compromete-se a cancelar o Global Intermediary Identification Number ("GIIN") do FUNDO após a realização dos informes necessários, de acordo com a regulamentação vigente, até a DATA DA TRANSFERÊNCIA, devendo o NOVO ADMINISTRADOR cadastrar novo GIIN para o FUNDO a partir da DATA DA TRANSFERÊNCIA, em atendimento à Foreign Account Tax Compliance Act ("FATCA").
- 2.22. O NOVO ADMINISTRADOR obriga-se a cadastrar o FUNDO junto a ANBIMA, a partir da DATA DA TRANSFERÊNCIA.

O NOVO ADMINISTRADOR, por este ato, aceita a indicação e declara que assume, a partir da DATA DA TRANSFERÊNCIA, total responsabilidade por todos os atos por ele praticados relativamente à administração do FUNDO.

3. ALTERAÇÃO INTEGRAL DO REGULAMENTO DO FUNDO

- 3.1. Fica aprovada a alteração integral do Regulamento do FUNDO, com o objetivo de adequá-lo aos padrões, procedimentos e exigências do NOVO ADMINISTRADOR, de forma a viabilizar a transferência dos serviços de administração, , destacando-se, dentre outras, as seguintes alterações:
- a) Alteração da razão social do fundo de *SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA* para *SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES* bem como de sua classe única de cotas para *CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA*, mantendo a sua inscrição no CNPJ perante a Receita Federal do Brasil ("RFB").
 - b) Exclusão das menções da atual ADMINISTRADORA, seus meios de contato e endereço, para a inserção dos dados do NOVO ADMINISTRADOR.
 - c) A alteração do capítulo que trata dos prestadores de serviço, de modo a adequar ao padrão do NOVO ADMINISTRADOR, o qual passará a vigorar conforme Regulamento devidamente consolidado, anexo ao presente instrumento;
 - d) A alteração do capítulo que trata do objetivo e da política de investimento do FUNDO, em sua integralidade, de modo a adequar ao padrão do Novo Administrador, o qual passará a vigorar conforme Anexo I da Classe Única ao Regulamento, devidamente consolidados e anexos ao presente instrumento;

- e) A alteração do capítulo que trata dos riscos aos quais a Classe Única está sujeita, de modo a adequar ao padrão do NOVO ADMINISTRADOR, o qual passará a vigorar conforme Anexo I da Classe Única ao Regulamento, devidamente consolidados e anexos ao presente instrumento;
- f) A alteração do capítulo que trata da emissão, distribuição, resgate e procedimento aplicável à liquidação da Classe Única, de modo a adequar ao padrão redacional e operacional do NOVO ADMINISTRADOR, o qual passará a vigorar conforme Anexo I da Classe Única ao Regulamento, devidamente consolidados e anexos ao presente instrumento;
- g) A alteração dos capítulos que tratam da assembleia geral e especial de cotistas, de modo a adequar ao padrão do NOVO ADMINISTRADOR, os quais passarão a vigorar conforme parte geral do Regulamento e Anexo I da Classe Única, devidamente consolidados e anexos ao presente instrumento;
- h) Inclusão da denominação e qualificação do NOVO ADMINISTRADOR, bem como da denominação e qualificação dos prestadores de serviço contratados pelo NOVO ADMINISTRADOR;
- i) A alteração do capítulo que trata da remuneração paga pela Classe Única, inclusive dos valores devidos a título de taxa de administração, gestão e de custódia, de modo a adequar ao padrão do NOVO ADMINISTRADOR, o qual passará a vigorar conforme Anexo I da Classe Única ao Regulamento, devidamente consolidado e anexo ao presente instrumento;
- j) Alteração do capítulo que trata da tributação a qual o Fundo está sujeito, de modo a adequar ao padrão do Novo Administrador, o qual passará a vigorar conforme Regulamento anexo ao presente instrumento;
- k) Alterar os dispositivos referentes ao foro aplicável em caso de solução de eventuais conflitos, que passa a ser o foro da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, os quais passarão a vigorar conforme parte geral Regulamento do FUNDO, devidamente consolidado e anexo ao presente instrumento.

O novo Regulamento do FUNDO, ora aprovado e consolidado nesta ata, na forma do Anexo, é de inteira e exclusiva responsabilidade do NOVO ADMINISTRADOR, inclusive perante os COTISTAS e perante os órgãos fiscalizadores e regulamentadores competentes, ficando expressamente consignado que a ADMINISTRADORA substituída não assume, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto ao conteúdo do referido Regulamento.

Tendo em vista a participação dos COTISTAS detentores da totalidade das cotas emitidas pelo FUNDO, a ADMINISTRADORA foi formalmente dispensada, pelos referidos COTISTAS, do envio do Resumo das deliberações desta Assembleia.

ENCERRAMENTO: Em função da aprovação pelos COTISTAS das matérias da ordem do dia, fica o NOVO ADMINISTRADOR autorizado a proceder à efetivação das modificações no Regulamento do FUNDO, que entrará em vigência em 23/07/2026, permanecendo vigentes, até então, as disposições do atual Regulamento.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 11h23, tendo eu, Cristiane Paulino, _____, secretária *ad hoc*, lavrado a presente Ata e conferido a identificação e, quando for o caso, os poderes de representação dos COTISTAS bem como a sua participação no FUNDO.



A presente Ata, a qual, lida e achada conforme, é assinada pela ADMINISTRADORA, pela GESTORA e pelo NOVO ADMINISTRADOR.

ASSINATURAS:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADMINISTRADORA do FUNDO

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM.
NOVO ADMINISTRADOR do FUNDO

TARPON PUBLIC EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA.
GESTORA do FUNDO

Regulamento**SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES**

CNPJ nº 42.120.328/0001-91

CAPÍTULO 1 – FUNDO

1.1 SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES (“FUNDO”), regido pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil), e pela parte geral e o Anexo Normativo I da Resolução nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários (respectivamente, “CVM” e “Resolução 175”), terá como principais características:

Classe de Cotas	Classe única.
Prazo de Duração	Indeterminado.
Administrador	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM , inscrita no CNPJ sob o nº 59.281.253/0001-23 e credenciada como administradora de carteira, de acordo com o Ato Declaratório CVM nº 8.695, de 20 de março de 2006 (“ADMINISTRADOR”, ou “Prestador de Serviço Essencial”).
Gestor	TARPON PUBLIC EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA , inscrito no CNPJ sob o nº 35.098.801/0001-16, autorizado à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários de acordo com o Ato Declaratório nº 18.022, de 10/08/2020 (“GESTOR” ou “Prestador de Serviço Essencial” e, quando referido conjuntamente com o ADMINISTRADOR, os “Prestadores de Serviços Essenciais”).
Foro Aplicável	Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Exercício Social	Encerramento no último dia útil do mês de dezembro de cada ano.

1.2 O Anexo de cada classe de cotas, conforme aplicável, dispõe, sem prejuízo de outros requisitos e informações previstos na regulamentação, sobre as respectivas: (i) características gerais, incluindo a indicação dos demais prestadores de serviços; (ii) responsabilidade dos cotistas e regime de insolvência; (iii) aplicação e resgate; (iv) assembleia especial de cotistas e demais procedimentos aplicáveis às manifestações de vontade dos cotistas; (v) remuneração; (vi) política de investimento e composição e diversificação da carteira; e (vii) fatores de risco.

CAPÍTULO 2 – RESPONSABILIDADE DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

2.1 Os Prestadores de Serviços Essenciais e demais prestadores de serviços do FUNDO respondem perante a CVM, nas suas respectivas esferas de atuação, por seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao regulamento do FUNDO ou à regulamentação vigente, sem prejuízo do exercício do dever de fiscalizar, nas hipóteses previstas na regulamentação aplicável.

2.1.1 Não obstante as atribuições previstas neste regulamento e na regulamentação aplicável, cabe ao ADMINISTRADOR praticar os atos necessários à administração do FUNDO, o que inclui, mas não se limita à contratação, em nome do FUNDO ou de classe de cotas, dos seguintes serviços: (a) tesouraria, controle e processamento dos ativos; (b) escrituração das cotas; (c) auditoria independente; (d) custódia; e, eventualmente, (e) outros serviços em benefício do FUNDO ou da classe de cotas.

2.1.2 Não obstante as atribuições previstas neste regulamento e na regulamentação aplicável, cabe ao GESTOR praticar os atos necessários à gestão da carteira de ativos do FUNDO, o que inclui mas não se limita à contratação, em nome do FUNDO ou da classe de cotas, dos seguintes serviços: (a) intermediação de operações para carteira de ativos; (b) distribuição de cotas; (c) consultoria de investimentos; (d) classificação de risco por agência de classificação de risco de crédito; (e) formador de mercado de classe fechada; (f) cogestão da carteira de ativos; e, eventualmente, (g) outros serviços em benefício do FUNDO ou da classe de cotas.

Regulamento

SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES

CNPJ nº 42.120.328/0001-91

2.1.3 Caso o prestador de serviço contratado pelos Prestadores de Serviços Essenciais não seja um participante de mercado regulado pela CVM, ou o serviço prestado ao FUNDO não se encontre dentro da esfera de atuação da CVM, os Prestadores de Serviços Essenciais serão responsáveis apenas pela fiscalização de tal serviço. As atribuições e a responsabilidade pela prestação deste tipo de serviço perante o FUNDO e seus cotistas continuarão a exclusivo cargo do respectivo prestador de serviço ora contratado.

2.2 Os Prestadores de Serviços Essenciais respondem, perante os cotistas, em suas respectivas esferas de atuação, por eventuais prejuízos causados em virtude de condutas contrárias a este regulamento ou à regulamentação aplicável, comprovados em sentença judicial ou arbitral transitada em julgado.

2.2.1 Os Prestadores de Serviços Essenciais não serão responsabilizados por prejuízos, danos ou perdas, inclusive de rentabilidade, que o FUNDO venha a sofrer em virtude da realização de suas operações.

2.3 Não há solidariedade entre os prestadores de serviços do FUNDO, incluindo os Prestadores de Serviços Essenciais, e a contratação de outros prestadores de serviços não altera o regime de responsabilidade dos Prestadores de Serviços Essenciais e demais prestadores de serviço perante os cotistas, o FUNDO ou a CVM.

2.4 Os investimentos no FUNDO não são garantidos pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR, por qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Crédito – FGC.

CAPÍTULO 3 – ENCARGOS E RATEIO DE DESPESAS E CONTINGÊNCIAS DO FUNDO

3.1 O FUNDO terá encargos que lhe poderão ser debitados diretamente, nos termos da Resolução 175, e quaisquer despesas que não constituam encargos correm por conta do Prestador de Serviço Essencial que a tiver contratado.

CAPÍTULO 4 – ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

4.1 A assembleia geral de cotistas é responsável por deliberar sobre as matérias comuns à classe de cotas, na forma prevista na Resolução 175 e alterações posteriores.

4.1.1 A convocação ocorrerá, no mínimo, com 10 (dez) dias de antecedência da data da realização da assembleia, exclusivamente por meio eletrônico.

4.1.2 A instalação ocorrerá com a presença de qualquer número de cotistas.

4.1.3 A presença da totalidade dos cotistas suprirá eventual ausência de convocação.

4.1.4 Serão utilizados quaisquer meios ou canais, conforme especificados no respectivo aviso de convocação, para a coleta das manifestações dos cotistas.

4.1.5 A cada cotista cabe uma quantidade de votos representativa de sua participação na classe de cotas.

4.1.6 O quórum para aprovação é de maioria simples dos votos dos presentes, independentemente da matéria.

4.1.7 As deliberações relativas exclusivamente às demonstrações contábeis que não contiverem opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer cotistas.

4.1.8 Não poderão votar nas assembleias as pessoas indicadas no Artigo 78 da Parte Geral da Resolução 175, exceto em condições permitidas na regulamentação vigente.

4.2 As deliberações privativas de assembleia de cotistas poderão ser adotadas em consulta formal, por meio eletrônico, dirigido pelo ADMINISTRADOR a cada cotista, para resposta no prazo mínimo de 10 (dez) dias corridos contado da consulta. O quórum de deliberação da consulta formal é de maioria simples, independentemente da matéria.

Regulamento

SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES

CNPJ nº 42.120.328/0001-91

4.3 Este regulamento pode ser alterado, independentemente da assembleia geral de cotistas, nos casos previstos na Resolução 175.

CAPÍTULO 5 – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA

- 5.1** Os Prestadores de Serviços Essenciais disponibilizarão em suas páginas na rede mundial de computadores ou encaminharão de forma eletrônica as informações de envio obrigatório previstas na regulamentação aplicável.
- 5.2** O ADMINISTRADOR mantém serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, que pode ser acessado nos meios abaixo:

Website	www.btgpactual.com
SAC	0800 772 2827
Ouvidoria	0800 722 0048

* * *

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

ANEXO I

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO - RESPONSABILIDADE LIMITADA

CAPÍTULO 1 – CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 As principais características da classe de cotas do FUNDO estão descritas abaixo:

Regime de Classes	As cotas do FUNDO são de classe única.
Tipo de Condomínio	Aberto.
Prazo de Duração	Indeterminado.
Categoria	Fundo de investimento financeiro.
Tipo	Ações.
Objetivo	O objetivo da classe é buscar retorno aos seus cotistas através de oportunidades preponderantemente pelo mercado de renda variável, não obstante, o FUNDO poderá aproveitar oportunidades através de investimentos em ativos financeiros disponíveis nos mercados de renda fixa, cambial, derivativos e cotas de fundos de investimento, negociados nos mercados internos e externos. A Classe busca valorização dos capitais investidos superior ao índice de referência IBRX acrescido de 1% (um por cento) ao ano O objetivo da classe de cotas não representa, sob qualquer hipótese, garantia do FUNDO ou de seus Prestadores de Serviços Essenciais quanto à segurança, rentabilidade e liquidez dos títulos componentes de sua carteira.
Público-Alvo	O Fundo é destinado exclusivamente à aplicação de recursos de investidor profissional, representado por fundos e carteiras vinculados aos planos de benefícios administrados pela CERES - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA, inscrita no CNPJ nº 00.532.804/0001-31, cujos cotistas estão vinculados por interesse único e indissociável. O Fundo caracteriza-se como de investimento restrito, observadas as vedações e limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas posteriores alterações. Este Anexo observa, no que diz respeito às modalidades de investimento, as vedações estabelecidas pela Resolução do CMN nº 4.994/22 do CMN e alterações posteriores ("Resolução 4.994/22"), porém, não os limites de alocação e concentração, não havendo responsabilidade e/ou

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

	compromisso por parte do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR com o efetivo enquadramento do cotista que a alguma delas esteja sujeito.
Custódia e Tesouraria	BANCO BRADESCO S.A. , instituição financeira, com sede social na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12 e credenciado como custodiante, de acordo com o Ato Declaratório nº 1.432, de 27 de junho de 1990 (“ CUSTODIANTE ”).
Controladoria e Escrituração	CUSTODIANTE.
Negociação	As cotas não poderão ser admitidas à negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado.
Transferência	As cotas não podem ser objeto de cessão ou transferência, salvo pelas hipóteses previstas na Resolução 175 e alterações posteriores.
Cálculo do Valor da Cota	As cotas terão o seu valor calculado diariamente. O valor da cota do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas, apurados, ambos, no encerramento do dia.
Feriados	Em feriados de âmbito nacional, a classe de cotas não possui cota, não recebe aplicações e nem realiza resgates, sendo certo que estas datas não serão consideradas dias úteis para fins de contagem de prazo de conversão de cotas e pagamento de resgates. Nos feriados estaduais e municipais a classe de cotas possui cota, recebe aplicações e realiza resgates. Em quaisquer dias que afetem o funcionamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), e que não sejam feriados de âmbito nacional, a classe possui cota, porém não recebe aplicações nem realiza resgates e não haverá conversão de cotas para fins de aplicações e resgates. Para fins de esclarecimento, em feriados nacionais e/ou dias que afetem o funcionamento da B3, tais dias não devem ser considerados como dias úteis para fins de contagem de prazo de conversão ou liquidação de aplicações e resgates.
Distribuição de Proventos	A classe de cotas incorporará ao seu patrimônio líquido os juros sobre capital próprio ou outros rendimentos porventura advindos de ativos que integrem a sua carteira.
Utilização de Ativos Financeiros na Aplicação e Resgate	Para a integralização e resgate, serão utilizados ativos financeiros, devendo ser analisados e aprovados para aporte/resgate pelos Prestadores de Serviços Essenciais, débito e crédito em conta corrente ou qualquer outro sistema de liquidação que venha a ser criado, legalmente reconhecido e admitido pelos Prestadores de Serviços Essenciais.

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

Adoção de Política de Voto	O GESTOR, em relação a esta classe de cotas, adota política de exercício de direito de voto, disponível em sua página na rede mundial de computadores.
----------------------------	--

CAPÍTULO 2 – RESPONSABILIDADE DOS COTISTAS E REGIME DE INSOLVÊNCIA

2.1 A responsabilidade do cotista está limitada ao valor por ele detido.

2.2 Os seguintes eventos obrigarão o ADMINISTRADOR a verificar se o patrimônio líquido da classe de cotas está negativo:

- (i) qualquer pedido de declaração judicial de insolvência de classe de cotas do FUNDO;
- (ii) inadimplência de obrigações financeiras de devedor e/ou emissor de ativos detidos pelo FUNDO que representem mais de 10% (dez por cento) de seu patrimônio líquido, naquela data de referência;
- (iii) pedido de recuperação extrajudicial, de recuperação judicial, ou de falência de devedor e/ou emissor de ativos detidos pelo FUNDO; e
- (iv) condenação do FUNDO de natureza judicial e/ou arbitral e/ou administrativa e/ou outras similares ao pagamento de mais de 10% (dez por cento) de seu patrimônio líquido.

2.3 Caso o ADMINISTRADOR verifique que o patrimônio líquido da classe de cotas está negativo, ou tenha ciência de pedido de declaração judicial de insolvência da classe de cotas ou da declaração judicial de insolvência da classe de cotas, deverá adotar as medidas aplicáveis previstas na Resolução 175.

2.4 Serão aplicáveis as disposições da Resolução 175 no que se refere aos procedimentos a serem adotados pelo ADMINISTRADOR na hipótese de patrimônio líquido negativo da classe de cotas.

CAPÍTULO 3 – DA EMISSÃO, APLICAÇÃO E RESGATE DE COTAS

3.1 Os termos e condições para aplicação e resgate observarão o disposto abaixo e na regulamentação aplicável:

Valor da Cota para Aplicação	Liquidação Financeira da Aplicação: D + 0 Conversão de Cotas da Aplicação: D+ 1
Carência Para Resgate	As cotas da classe podem ser resgatadas a qualquer tempo com rendimento.
Resgate	Conversão: D+60 Útil a partir da solicitação (" Data da Conversão "). Pagamento: D+2 útil da Data da Conversão
Valores Mínimos e Máximos para Aplicação e Resgate	Não há valores mínimos e máximos de aplicação, de resgate e de manutenção de saldo das aplicações na classe.

3.2 A classe poderá realizar resgates compulsórios de cotas, desde que as condições sejam definidas e aprovadas em assembleia geral de cotistas. O referido resgate ocorrerá de forma equânime, simultânea e proporcional entre todos os cotistas e não terá incidência de cobrança de taxa de saída.

3.3 A assembleia especial de cotistas poderá deliberar, a qualquer tempo, sobre a liquidação antecipada da classe de cotas, bem como sobre a forma de pagamento dos valores devidos aos cotistas, observado que caso a liquidação antecipada seja aprovada, o ADMINISTRADOR deverá promover a divisão do patrimônio da

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

classe entre os cotistas desta classe de cotas, na proporção de suas cotas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de realização da referida assembleia.

3.4 O GESTOR e/ou o ADMINISTRADOR podem, a seu exclusivo critério, declarar o fechamento da classe de cotas para a realização de resgates no caso de fechamento dos mercados e em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira da classe de cotas, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do FUNDO ou dos cotistas, aplicando-se, em tal situação, o disposto na regulamentação aplicável.

3.5 Alternativamente à convocação de assembleia especial de cotistas para deliberar sobre determinadas possibilidades, em caso de fechamento da classe de cotas para a realização de resgates, nos termos da regulamentação aplicável, o GESTOR poderá, a seu critério, e sob sua responsabilidade, cindir do patrimônio da classe de cotas os ativos excepcionalmente ilíquidos, para sua utilização na integralização de cotas de uma nova classe fechada ou de uma nova subclasse fechada já existente, observadas as disposições da regulamentação aplicável.

CAPÍTULO 4 – ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS E DEMAIS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS ÀS MANIFESTAÇÕES DAS VONTADES DOS COTISTAS

4.1 A assembleia especial de cotistas desta classe, se aplicável, é responsável por deliberar sobre as matérias específicas da referida classe de cotas, na forma da Resolução 175 e alterações posteriores.

- 4.1.1** A convocação ocorrerá, no mínimo, com 10 (dez) dias de antecedência da data da realização da assembleia, exclusivamente por meio eletrônico.
- 4.1.2** A instalação ocorrerá com a presença de qualquer número de cotistas.
- 4.1.3** A presença da totalidade dos cotistas suprirá eventual ausência de convocação.
- 4.1.4** Serão utilizados quaisquer meios ou canais, conforme especificados no respectivo aviso de convocação, para a coleta das manifestações dos cotistas.
- 4.1.5** A cada cotista cabe uma quantidade de votos representativa de sua participação na classe de cotas.
- 4.1.6** O quórum para aprovação é de maioria simples dos votos dos presentes, independentemente da matéria.
- 4.1.7** As deliberações relativas, exclusivamente, às demonstrações contábeis que não contiverem opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer cotistas.

4.2 As deliberações privativas de assembleia de cotistas poderão ser adotadas em consulta formal, por meio eletrônico, dirigido pelo ADMINISTRADOR a cada cotista, para resposta no prazo mínimo de 10 (dez) dias corridos contado da consulta. O quórum de deliberação da consulta formal é de maioria simples, independentemente da matéria

4.3 Este Anexo pode ser alterado, independentemente da assembleia especial de cotistas, nos casos previstos na Resolução 175.

CAPÍTULO 5 – REMUNERAÇÃO

5.1 As seguintes remunerações serão devidas pela classe de cotas para remunerar os seus prestadores de serviços (base 252 dias):

TAXA	BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL
------	------------------------------

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

Taxa de Administração	Remuneração mensal: R\$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais), podendo ser corrigida anualmente, em janeiro de cada ano, pelo IGP-M, a critério do ADMINISTRADOR.		
Taxa de Gestão	Será o equivalente a um percentual anual sobre o valor do patrimônio líquido da classe, conforme tabela abaixo, apropriada diariamente e paga mensalmente:		
	DE	ATÉ	TAXA
	-	R\$250.000.000,00	1,50%
	R\$250.000.000,01	R\$300.000.000,00	1,40%
	R\$300.000.000,01	-	1,30%
Taxa Máxima de Administração e Gestão	Não há		
Taxa Máxima de Custódia	0,0083% (oitenta e três décimos de milésimos por cento) ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido da classe.		
Taxa Máxima de Distribuição	Não há		
Taxa de Ingresso	Não há.		
Taxa de Saída	Não há.		

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

Taxa de Performance	A Taxa de Performance será calculada nos termos das disposições abaixo. A taxa de performance, sobre o valor dos resultados da CLASSE que excederem a valorização do BENCHMARK, ficando definido que corresponde ao índice IBrX +1%, deverá ser recolhida anualmente, sob o critério de marca d'água, de acordo com a metodologia descrita nos parágrafos abaixo, observando-se as seguintes definições: (a) PAP: período de avaliação de performance anual; (b) PLA: patrimônio líquido da CLASSE/ ou SUBCLASSE (considerando há um único cotista) acrescido do valor da provisão efetuada pela ADMINISTRADORA para pagamento da taxa de performance desconsiderando a performance sobre resgate; (c) CR: Conta de referência, cujo valor inicial atribuído no início de cada novo PAP será o valor do patrimônio líquido da CLASSE/ou SUBCLASSE obtido no último dia útil do PAP imediatamente anterior, observando-se que para o primeiro PAP o valor inicial atribuído à CR será o valor do patrimônio líquido da CLASSE/ou SUBCLASSE verificado no primeiro dia útil imediatamente anterior à data estabelecida para início de cômputo e cobrança da taxa de performance, na forma do § 5º abaixo. Seu saldo deverá ser atualizado diariamente da seguinte forma: (i) pela variação diária do preço de fechamento do índice da carteira de referência denominada BENCHMARK sobre o saldo do dia anterior; (ii) por um crédito referente as novas aplicações na CLASSE/ou SUBCLASSE; (iii) por um débito referente aos resgates da CLASSE/ou SUBCLASSE de forma proporcional ao patrimônio do CR; e (iv) pela taxa de performance sobre resgates. Deverá ser utilizada a data de cotização para fins de impacto no CR nos itens (ii) e (iii). - Para fins de débito do CR decorrente do resgate de cotas da CLASSE/ou SUBCLASSE, visando manter a proporcionalidade entre o CR e o PLA, o CR final pré resgate deverá ser reduzido pela razão entre o valor bruto do resgate da CLASSE/ou SUBCLASSE e o valor do PLA de fechamento pré resgate no dia da cotização. - A taxa de performance corresponderá a 20% (vinte por cento) da diferença positiva entre o valor do PLA e o valor da CR, acrescida ou descontada, conforme o caso, de eventual saldo de PAPs anteriores.
---------------------	--

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

	3. - A taxa de performance, caso haja, será provisionada por dia útil e paga a cada ano, de acordo com o mecanismo do § 4º abaixo, no 5º (quinto) dia útil após o encerramento de cada PAP. 4. O pagamento devido à GESTORA a título de taxa de performance em cada PAP será limitado a 20% (vinte por cento) do PLA na data final de cada PAP, ficando quaisquer saldos positivos não-pagos à GESTORA em razão dessa limitação automaticamente acrescidos ao resultado da taxa de performance a ser pago no PAP no próximo PAP em que, nos termos deste Artigo, for novamente devida a taxa de performance. Eventuais saldos de diferenças negativas entre os valores de PLA e CR não-compensadas em PAPs anteriores serão compensados contra o pagamento da taxa de performance a cada PAP. 5. Na hipótese de resgate de cotas anterior à data de encerramento de cada PAP, será devido e pago à GESTORA, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao resgate, o valor equivalente à provisão da taxa de performance, desconsiderando os valores de performance sobre resgate, na data de cotização do referido resgate antecipado multiplicada pela razão entre o valor bruto do resgate da CLASSE/ou SUBCLASSE e o valor do PLA de fechamento pré resgate no dia da cotização, apurado conforme o § 4º acima. 6. O PAP para a verificação da taxa de performance compreende a data de estabelecimento da última marca d'água até o último dia útil do exercício social contábil da CLASSE./ou SUBCLASSE 7. A taxa de performance será calculada pelo "método do passivo", baseado no resultado da CLASSE/SUBCLASSE. 8. A taxa de performance será apurada após a dedução de todas as despesas, inclusive da taxa de administração. 9. Não haverá limitação para a cobrança da taxa de performance sobre a diferença total entre a rentabilidade da CLASSE e do BENCHMARK negativo, permanecendo este limitado à cota da linha d'água para o pagamento de performance, nos termos da legislação vigente.
--	---

5.2 A classe de cotas remunera o GESTOR, por meio do pagamento de taxa de performance pelo método do passivo, conforme informações na tabela do item acima, calculado sobre a valorização da cota da classe, em cada ano, já deduzidas todas as demais despesas da classe de cotas, inclusive a Taxa de Administração.

5.3 Para fins do cálculo da taxa de performance, o valor da cota da classe no momento de apuração do resultado será comparado à COTA BASE, conforme cada aplicação, devidamente atualizada pelo índice de referência no período. Define-se "**COTA BASE**" como (i) o valor da cota logo após a última cobrança de taxa

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

de performance efetuada; ou (ii) o valor da cota na data de início da vigência da previsão da taxa de performance em regulamento, caso ainda não tenha ocorrido cobrança de performance na classe de cotas.

5.3.1 Excepcionalmente nos casos abaixo, o valor da cota da classe no momento de apuração do resultado será comparado à cota de aquisição do cotista atualizada pelo índice de referência no período:

- caso a classe de cotas ainda não tenha efetuado nenhuma cobrança de performance desde sua constituição;
- nas aplicações posteriores à data da última cobrança de taxa de performance; ou
- nas aplicações anteriores à data da última cobrança de taxa de performance cuja cota de aplicação tenha sido superior à cota da classe na referida data.

5.4 Fica dispensada a observância dos itens 5.4 e 5.4.1, caso ocorra a troca do GESTOR, desde que o novo gestor não pertença ao mesmo grupo econômico do anterior.

5.5 Caso haja resgate parcial ou total de cotas em qualquer data, que não as utilizadas para aferição e pagamento do prêmio, será efetuada a cobrança de performance, nos termos expostos neste Capítulo, comparando o valor da cota da data de cotização do resgate com o valor da COTA BASE.

5.6 É permitida a não apropriação da taxa de performance provisionada no período e consequente prorrogação da cobrança para períodos seguintes, desde que o valor da cota da classe seja superior ao valor da COTA BASE e que a próxima cobrança da taxa de performance só ocorra quando o valor da cota da classe superar o seu valor por ocasião da última cobrança efetuada.

CAPÍTULO 6 – POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

6.1 As aplicações da classe deverão estar representadas pelos seguintes ativos, que não estarão sujeitos aos limites de concentração por emissor previstos na regulamentação aplicável e no presente regulamento, sendo certo que a significativa concentração em ativos de poucos emissores pode aumentar os riscos da classe, observado o disposto neste Anexo e na regulamentação aplicável:

ATIVO	PERCENTUAL (em relação ao patrimônio líquido da classe de cotas)
a) Ações e certificados de depósito de ações admitidos à negociação em mercado organizado	No mínimo 67%
b) Bônus e recibos de subscrição admitidos à negociação em mercado organizado	
c) Cotas de classes tipificadas como "Ações"	
d) ETF de Ações	
e) BDR-Ações	
f) BDR-ETF de ações	

6.2 A classe de cotas obedecerá, ainda, os seguintes limites em relação aos emissores e recursos excedentes de seu patrimônio líquido:

LIMITES POR EMISSOR		
EMISSION	PERCENTUAL INDIVIDUAL (em	PERCENTUAL CONJUNTO (em

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

	relação ao patrimônio líquido da classe de cotas)	relação ao patrimônio líquido da classe de cotas)
a) Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto aquelas listadas nesta tabela	Até 20%	Sem Limites
b) Ativos emitidos por companhia aberta, exceto aqueles listados nesta tabela	Até 35%	Até 100%
c) Sociedade de propósito específico que seja subsidiária integral de companhia securitizadora registrada na categoria S2	Vedado	Vedado
d) Pessoas naturais		
e) Valores mobiliários representativo de dívida de emissão de companhia não registrada na CVM		
f) Renda Variável (ações e certificados de depósito de ações admitidos à negociação em mercado organizado; bônus e recibos de subscrição admitidos à negociação em mercado organizado; cotas de classes tipificadas como “ações”; ETF de ações; BDR-Ações; e BDR-ETF de ações)	Até 35%	Até 100%
g) Fundos de Investimento	20%	
h) União Federal	Até 25%	
i) Ativos financeiros de emissão do GESTOR e companhias integrantes de seu grupo econômico	Vedado	Vedado
j) Ações de emissão do GESTOR e de companhias integrantes de seu grupo econômico, contanto que integrem índice IBOVESPA	Vedado	
k) Cotas de fundos de investimento administrados pelo GESTOR ou partes relacionadas	Até 20%	Até 20%
l) Ações de emissão do GESTOR e de companhias integrantes de seu grupo econômico	Vedado	Vedado

LIMITES POR MODALIDADE DE ATIVO FINANCEIRO		
<u>ATIVO</u>	<u>PERCENTUAL INDIVIDUAL</u>	<u>PERCENTUAL EM CONJUNTO</u>
a) Títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos	Até 35%	Até 35%

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

b) Ouro financeiro, desde que negociado em mercado organizado	Vedado	
c) Títulos de emissão ou coobrigação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e operações compromissadas lastreadas nesses títulos	Vedado	
d) Notas promissórias, debêntures, notas comerciais e certificados de depósito de valores mobiliários, desde que tenham sido emitidas por companhias abertas e objeto de oferta pública	Vedado	
e) Bônus e recibos de subscrição, cupons e quaisquer outros ativos decorrentes dos valores mobiliários referidos acima	Até 35%	Até 100%
f) Cotas de fundos de investimento registrados com base no Anexo Normativo I da Resolução 175 (fundos de investimento financeiros - FIF) destinadas ao público em geral	Até 20%	Até 25%
g) Cotas de fundos de investimento registrados com base no Anexo Normativo I da Resolução 175 (fundos de investimento financeiros - FIF) destinados exclusivamente a investidores qualificados		
h) Cotas de fundos de investimento registrados com base no Anexo Normativo I da Resolução 175 (fundos de investimento financeiros - FIF) e destinados exclusivamente a investidores profissionais		
i) Cotas de fundos de investimento em índices - ETF, salvo se atrelados a ativos digitais.		
j) Ativos, perfeitamente fungíveis de uma única emissão de valores mobiliários, desde que essa aplicação em específico constitua a política de investimento da classe e os ativos tenham sido emitidas por companhias abertas e objeto de oferta pública	Vedado	Vedado
k) Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e FIC FIDCs	Vedado	Vedado
l) Valores mobiliários representativo de dívida de emissão de companhia não registrada na CVM	Vedado	Vedado
m) Cotas de fundos de investimento imobiliários – FII e FICFIIs	Vedado	Vedado

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

n) Certificados de recebíveis		
o) Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios cuja política de investimentos admita a aplicação em direitos creditórios não-padronizados, conforme definidos na Resolução 175		
p) Certificados de recebíveis cujo lastro seja composto por direitos creditórios não-padronizados, conforme definidos na Resolução 175		
q) Cotas de fundos de investimento em participações – FIP, classificados como “entidade de investimento”, desde que observados em regulamento I) classificação como “entidade de investimento”, II) vedação a exposição no exterior III) que estabeleça o percentual mínimo de 3% do capital subscrito investido pelo gestor ou gestoras de seu grupo econômico; e IV) deve prever limitação de responsabilidade dos cotistas ao valor por eles subscrito		
r) Cotas de fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais – FIAGRO		
s) Cotas de FIAGRO cujas políticas de investimento admitam a aquisição de direitos creditórios não-padronizados		
t) Cotas de outros fundos de investimento regulamentados pela CVM que não os constantes nesta tabela		
u) Criptoativos	Vedado	Vedado
v) Títulos e contratos de investimento coletivo	Vedado	Vedado
w) Valores mobiliários emitidos por meio de plataformas eletrônicas de investimento participativo, desde que sejam objeto de escrituração realizada por escriturador autorizado pela CVM	Vedado	Vedado
x) CBIO e créditos de carbono	Vedado	Vedado
y) Outros ativos financeiros não previstos nos itens “k” ao “x”	Vedado	Vedado

6.3 A classe de cotas respeitará ainda os seguintes limites:

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

Características Adicionais Aplicáveis à Carteira	
	<u>PERCENTUAL</u> (em relação ao patrimônio líquido da classe de cotas) <u>OU LIMITAÇÃO</u>
a) OPERAÇÕES EM MERCADO DE DERIVATIVOS , observados os limites da tabela acima	ATÉ 100%
b) ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS COMO CRÉDITO PRIVADO	VEDADO
c) ATIVOS FINANCEIROS NEGOCIADOS NO EXTERIOR	VEDADO
d) OPERAÇÕES QUE GEREM ALAVANCAGEM AO FUNDO	NÃO
e) RISCO DE CAPITAL	Vedado
f) Empréstar ativos financeiros	Até 100%
g) Tomar ativos financeiros em empréstimo	Vedado
(1) ESTA CLASSE PODERÁ APLICAR SEUS RECURSOS EM FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE REALIZEM OPERAÇÕES NO MERCADO DE DERIVATIVOS, desde que respeite as seguintes condições: (a) Obrigatoriedade de registro da operação ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros ou em mercado de balcão organizado; (b) A atuação deve ser feita em câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação; (c) A margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) da posição dos ativos financeiros aceitos pela câmara ou prestador de serviços de compensação e de liquidação autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, sendo que não serão considerados os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas, conforme previsto pela Resolução 4.994/22 e alterações posteriores; e (d) O valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) da posição dos ativos financeiros aceitos pela câmara ou prestador de serviços de compensação e de liquidação autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários da carteira de cada plano ou fundo de investimento, sendo que não serão considerados os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas, conforme previsto pela Resolução 4.994/22 e alterações posteriores.	

6.4 A classe de cotas poderá, a critério do GESTOR, contratar quaisquer operações onde figurem como contraparte direta ou indiretamente o ADMINISTRADOR, o GESTOR ou as suas empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias sob controle comum, bem como quaisquer carteiras, fundos de investimento e/ou clubes de investimento administrados pelo ADMINISTRADOR, GESTOR, ou pelas demais pessoas acima referidas.

6.5 Caberá ao próprio cotista, sujeito à Resolução 4.994/22 e alterações posteriores, o controle e a consolidação de seus investimentos mantidos no FUNDO com os demais investimentos por ele detidos por meio de sua carteira própria ou por meio de outros fundos que não estejam sob administração da ADMINISTRADORA, cabendo exclusivamente ao referido cotista assegurar que a totalidade de seus recursos estão em consonância com a Resolução 4.994/22 e alterações posteriores, não cabendo à

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

ADMINISTRADORA e/ou GESTOR a responsabilidade pela observância de quaisquer outros limites, condições ou restrições que não aqueles expressamente definidos neste Regulamento.

6.6 É vedado a esta classe direta ou indiretamente:

- (i) Realizar operações de compra e venda, ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de uma mesma EFPC;
- (ii) Realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras, ressalvados os casos expressamente previstos no art. 25 da Resolução 4.994/22 e alterações posteriores;
- (iii) Aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas;
- (iv) Aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas, ressalvados os casos expressamente previstos pela Resolução 4.994/22 e alterações posteriores;
- (v) Manter posições em mercados derivativos: (a) a descoberto; ou (b) que gerem possibilidade de perda superior ao valor do patrimônio da carteira ou do fundo de investimento ou que obriguem ao cotista aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo;
- (vi) Realizar operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações day trade), excetuadas as realizadas em plataforma eletrônica ou em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros devidamente justificadas em relatório atestado pelo AETQ;
- (vii) Aplicar no exterior, ressalvados os casos expressamente previstos pela Resolução 4.994/22 e alterações posteriores;
- (viii) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma;
- (ix) Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros, exceto nas seguintes hipóteses: (a) depósito de garantias em operações com derivativos; e (b) operações de empréstimos de ativos financeiros, nos termos do art. 29 da Resolução 4.994/22 e alterações posteriores;
- (x) As operações compromissadas devem ser lastreadas em títulos da dívida pública mobiliária federal interna.
- (xi) Adquirir ou manter, de forma direta ou indiretamente, investimentos em ativos virtuais;

CAPÍTULO 7 – TRIBUTAÇÃO

7.1 A classe de ações constituída sob a forma de condomínio aberto observará a tributação estabelecida abaixo, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes.

7.1.1 O GESTOR buscará manter a composição da carteira da classe adequada à regra tributária vigente, procurando assim, evitar modificações que impliquem em alteração do tratamento tributário da classe e dos cotistas.

Operações da carteira:	De acordo com a legislação vigente, as operações da carteira do FUNDO são isentas do Imposto sobre a Renda ("IR") e estão sujeitas ao Imposto sobre Operações Financeiras, na modalidade TVM ("IOF/TVM"), à alíquota zero.
Tributação na fonte dos rendimentos auferidos pelos cotistas:	
Imposto de Renda na Fonte ("IRF"):	O investimento do cotista na CLASSE não está sujeito ao imposto de renda retido na fonte. São isentos de IR, no resgate e na tributação antecipada, os cotistas qualificados como sociedade de seguro, de previdência e de capitalização ou que aplicarem recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios, desde que qualificados como entidade de previdência

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

	complementar, sociedade seguradora e FAPI, bem como de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência
--	---

7.2 Aporte de ativos financeiros:

- 7.2.1** O aporte de ativos financeiros na classe única de cotas será feito de acordo com a legislação em vigor, notadamente o Artigo 1º, da Lei nº 13.043 de 13 de novembro de 2014 e alterações posteriores, devendo ser realizado a valor de mercado e mediante a apresentação dos documentos e comprovações previstos na legislação.
- 7.2.2** Por ocasião do aporte, o ADMINISTRADOR se reserva no direito de apurar eventuais tributos devidos e exigir, como condição para a efetivação da operação e a seu exclusivo critério, o prévio recebimento dos recursos necessários à quitação desses. Ainda, o ADMINISTRADOR se reserva no direito de reclassificar operações que, na essência, sejam equivalentes a aportes para a elas aplicarem as exigências previstas neste item.

7.3 O disposto neste Capítulo foi elaborado com base na legislação e regulamentação em vigor e tem por objetivo descrever de forma sumária o tratamento tributário aplicável em regra aos cotistas e a classe e não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação e regulamentação em vigor.

7.4 Há exceções (inclusive relativas à natureza ou ao domicílio do investidor) e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados na classe.

CAPÍTULO 8 – FATORES DE RISCO E POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS

8.1 A carteira da classe de cotas está sujeita às flutuações de preços e/ou cotações do mercado, conforme o caso, aos riscos de crédito e liquidez e às variações de preços e cotações inerentes aos seus ativos financeiros, o que pode acarretar perda patrimonial à classe de cotas e aos cotistas.

8.2 Os fatores de risco ora descritos levam em consideração a carteira da classe de cotas, bem como a carteira de eventuais fundos investidos, e podem ser consultados no link do website descrito adiante.

8.3 O GESTOR e o ADMINISTRADOR podem utilizar métricas para aferir o nível de exposição da classe de cotas aos riscos, conforme mencionado no link do website descrito adiante.

- 8.3.1** Os métodos utilizados para o gerenciamento dos riscos a que a classe de cotas se encontra sujeita não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pela classe de cotas.

8.4 Dentre os fatores de risco a que a classe de cotas está sujeita, incluem-se, sem limitação:

Risco de Mercado, Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental, Risco Regulatório e Judicial, Risco de Concentração, Dependência do GESTOR, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado Externo, Risco Proveniente do Uso de Derivativos, Risco de Patrimônio Negativo.

Outros Riscos: Não há garantia de que a classe de cotas seja capaz de gerar retornos para os cotistas. Não há garantia de que os cotistas receberão qualquer distribuição da classe de cotas. Consequentemente, investimentos na classe de cotas somente devem ser realizados por investidores que possam lidar com a possibilidade de perda da totalidade dos recursos investidos.

8.5 O inteiro teor dos fatores de riscos e a métrica completa adotada pelo GESTOR e o ADMINISTRADOR, descritos neste Capítulo, podem ser consultados no link: <https://www.btgpactual.com/asset-management/administracao-fiduciaria>.

- 8.5.1** Os fatores de risco ora descritos poderão sofrer alterações circunstanciais, e, portanto, poderão ser reavaliados no devido contexto, a exclusivo critério dos Prestadores de Serviços Essenciais. O ADMINISTRADOR esclarece que quaisquer mudanças no teor constante no link descrito acima serão devidamente informadas aos cotistas através do envio de fato relevante.

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO SERRA DO CIPÓ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA

8.6 Não obstante o emprego, pelo ADMINISTRADOR e pelo GESTOR, de plena diligência e da boa prática de administração e gestão de fundos de investimento e da estrita observância da política de investimento definida no Anexo desta classe de cotas, das regras legais e regulamentares em vigor, este estará sujeito a outros fatores de risco, que poderão ocasionar perdas ao seu patrimônio e, consequentemente, ao cotista.

8.7 O GESTOR, visando proporcionar a melhor rentabilidade aos cotistas, poderá, respeitadas as limitações deste regulamento e da legislação, definir livremente o grau de concentração da carteira de aplicação da classe de cotas. Não obstante a diligência do GESTOR em selecionar as melhores opções de investimento, os investimentos da classe de cotas estão, por sua própria natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado e a riscos de crédito, que podem gerar depreciação dos ativos financeiros da carteira da classe de cotas, não atribuível a atuação do GESTOR.

* * *